

# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

## 3



Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais  
Aplicadas  
3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-051-3

DOI 10.22533/at.ed.513191601

1. Educação – Brasil. 2. Professores – Formação. 3. Prática de ensino. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 370

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 3, apresenta 22 capítulos sobre os aspectos relevantes da educação e ou práticas educacionais. Os temas incluem um processo amplo de reflexão sobre a educação brasileira contemporânea.

As principais características do ensino e aprendizagem sob a ótica atuais fidedignas do setor educacional, estão apresentadas em capítulos como a relevância das tecnologias digitais utilizadas como uma metodologia imprescindível promovendo a equidade social nas diversas séries de ensino. As políticas afirmativas, as cotas é uma outra configuração que possibilita a inclusão de alunos no ensino superior. A violência na escola é outro tema que deve ser tratado como um debate inesgotável. A produção no espaço escolar pelo profissional e a formação do professor como aspecto positivo de desenvolvimento local e regional, são os assuntos abordados.

A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DOCÊNCIA NO CONTEXTO ATUAL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: A EDUCAÇÃO VIRTUAL IMERSIVA	
<i>Marcelo P. Da Roza</i>	
<i>Jiani C. Da Roza</i>	
<i>Adriana M. Da R. Veiga</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A INSERÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)	
<i>Maria Francisca da Cunha</i>	
<i>Sueli Liberatti Javaroni</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
A INTEGRAÇÃO PEDAGÓGICA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO ATIVA DE PROFESSORES	
<i>Ana Luísa Rodrigues</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
FORMAÇÃO DOCENTE EM CONTEXTO EAD, TECNOLOGIAS E AVALIAÇÃO	
<i>Ana Paula Soares</i>	
<i>Luana Priscila Wunsch</i>	
<i>Lincoln Mendes de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
USO DO SCRATCH E DA PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES PARA A POTENCIALIZAÇÃO DA CRIATIVIDADE	
<i>Amilton Rodrigo de Quadros Martins</i>	
<i>Adriano Canabarro Teixeira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>68</b>
JOGOS DIGITAIS EDUCATIVOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA: E AGORA, PROFESSOR?	
<i>Jociléa de Souza Tataçiba</i>	
<i>Sonia Regina Mendes dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
GERAÇÃO CONECTADA NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Luiza Carravetta</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>95</b>
AVALIAÇÃO EM UM CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR E CONTEXTUALIZADA COM A PRÁTICA PROFISSIONAL	
<i>Luiz Fernando Delboni Lomba</i>	
<i>Olavo José Luiz Junior</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916018</b>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>105</b>
CONSTRUÇÃO DE AGENDA SOBRE EMPREENDEDORISMO JUVENIL NAS CONFERENCIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE NO BRASIL	
<i>Maria Tarcisa Silva Bega</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5131916019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>120</b>
UMA NOVA ANÁLISE DA AÇÃO AFIRMATIVA COTA RACIAL SOB A ÓTICA DO RECONHECIMENTO	
<i>Soraya Gonçalves dos Santos Araújo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>133</b>
POLÍTICA E EDUCAÇÃO DE AFRODESCENDENTES NO BRASIL	
<i>Elaine Silva Alegre</i>	
<i>Liliane Capilé Charbel Novais</i>	
<i>Rozimeire Satiko Shimizu</i>	
<i>Marilza de Fátima Souza</i>	
<i>Elizabeth Leite de Oliveira Teodoro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>146</b>
DO INGRESSO A PERMANÊNCIA: ESTUDOS SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS DE COTAS NO CURSO DE AGRONOMIA	
<i>Jean Carlo Nogueira Baron</i>	
<i>Paola Alves</i>	
<i>Tatiane Kucmanski</i>	
<i>Aline Ariana Alcântara Anacleto</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>150</b>
VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Rogério Goulart da Silva</i>	
<i>Maria Regina Ferreira da Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160113</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>161</b>
TRÍADE MULTIDISCIPLINAR: FAMÍLIA(S), CRIANÇA(S) E ESCOLA(S)	
<i>Eliane Lima Piske</i>	
<i>Ângela Adriane Bersch</i>	
<i>Maria Ângela Mattar Yunes</i>	
<i>Narjara Mendes Garcia</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160114</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>168</b>
EDGAR MORIN E O PENSAMENTO COMPLEXO: PERSPECTIVAS NA CIÊNCIAS SOCIAIS	
<i>Nei Alberto Salles Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160115</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>178</b>
EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA, FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>191</b>
A ÉTICA DO CUIDADO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: POSSIBILIDADE DE PRÁXIS HUMANIZADORA?	
<i>Ilíria François Wahlbrinck</i>	
<i>Luci Mary Duso Pacheco</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>202</b>
A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA: PROCESSO E DESTAQUES CUIABANOS NO SÉCULO XX	
<i>Geisa Luiza de Arruda</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>212</b>
LUGARES DE MEMÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
<i>Shirlei Alexandra Fetter</i>	
<i>Daniel Luciano Gevehr</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>224</b>
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS	
<i>Jovina Maria de Barros Bruno</i>	
<i>Rita de Cassia Santos Freitas</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>237</b>
REFLEXÕES SOBRE A INSERÇÃO PROFISSIONAL COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE INDIVIDUADA	
<i>Amanda Ribeiro da Luz</i>	
<i>Francielle Molon da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160121</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>253</b>
ANÁLISE SEMIÓTICA DE TEXTOS VISUAIS CINEMATOGRAFICOS	
<i>Ana Carolina de Souza Moreira dos Santos</i>	
<i>Carlos Vinicius Veneziani dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.51319160122</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>261</b>

## A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA: PROCESSO E DESTAQUES CUIABANOS NO SÉCULO XX

**Geisa Luiza de Arruda**

Universidade Federal de Mato Grosso  
Programa de Pós-Graduação em História  
Cuiabá- MT

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo a apresentação do processo de feminização da docência no Brasil e, em especial, abordar brevemente a biografia de duas mulheres cuiabanas que se destacaram nesse processo: Maria Dimpina Lobo Duarte e Bernardina Rich. O campo da docência foi paulatinamente tornando-se uma atividade vista como natural exercício das mulheres, processo ao qual deu-se o nome de “feminização”. Buscamos apresentar como tal processo encontra-se recheado por regras e limites impostos pela sociedade patriarcal do início do século XX e como as professoras Maria Dimpina e Bernardina Rich representam mulheres que, de uma certa forma, com seus atos e discursos, vão na contramão de uma sociedade em que à mulher era permitido apenas a esfera privada do lar. Além disso, há o destaque para o enfrentamento ao preconceito racial na história da professora Bernardina Rich.

**PALAVRAS-CHAVE:** Docência, Gênero, Feminização, Mulheres.

**ABSTRACT:** The present article aims to present the process of feminization of teaching

in Brazil and, in particular, to briefly discuss the biography of two cuiabanas women who stood out in this process: Maria Dimpina Lobo Duarte and Bernardina Rich. The field of teaching gradually became an activity seen as a natural practice of women, a process which was called “feminization”. We seek to present how such a process is filled with rules and limits imposed by the patriarchal society of the early twentieth century and how the teachers Maria Dimpina and Bernardina Rich represent women who, in a certain way, with their acts and speeches, go against a society in which for women were allowed only the private sphere of the home. In addition, there is the highlight for the racial confronting prejudice in the history of the teacher Bernardina Rich.

**KEYWORDS:** Teaching, Gender, Feminization, Women.

### 1 | A PRESENÇA DE MULHERES NO CAMPO DA DOCÊNCIA

Este trabalho visa a apresentação de um cenário geral acerca da presença das mulheres no campo da docência. Abordaremos, preferencialmente, o processo de feminização deste campo tendo como foco suas principais características, juntamente com a apresentação de algumas personagens que participaram

desse processo em Cuiabá, relacionando intimamente os conceitos de gênero e docência e destacando como essas professoras, que habitaram este campo tão honroso, defendiam causas feministas, ainda que de uma forma velada e contida.

O direito à educação, no início do século XX, foi um fator preponderante para a permissão de uma forma de participação feminina na esfera pública. Personagens como Maria Dimpina Lobo Duarte e Bernardina Rich, mulheres e professoras cuiabanas, emergem nesse cenário patricarcal em que à mulher era apenas concedido o espaço privado e em que também a elite, predominantemente branca, representava a sociedade urbana cuiabana.

### 1.1 A feminização propriamente dita

É visível a presença majoritária de mulheres exercendo a profissão do magistério, mas vale ressaltar que essa predominância não ocorre desde sempre. O ensino, em grande parte da vida da humanidade, foi exercido por homens. A escola dita “moderna”, nos moldes que conhecemos atualmente, vem sofrendo transformações desde a Idade Média,

mas é somente no final do século XVIII, posteriormente às revoluções burguesas, que um processo massivo de escolarização tem início, porque é aí que o Estado se coloca o dever de ensinar”. (FERREIRA, 2015, p.175).

A partir da segunda metade do século XIX, aproximadamente, as mulheres, além de alunas, tornam-se também professoras, condição esta consolidada nas primeiras décadas do século XX. Torna-se importante frisar aqui que um longo processo de feminização aconteceu e que esse processo é marcado, primeiramente, pelo ingresso das mulheres nos bancos escolares enquanto alunas e, posteriormente, pela “permissão” do acesso ao exercício da docência. Segundo Maria Ondina Vieira Ferreira (2005, p.176)

a feminização da docência pode ser compreendida como um processo formado por duas dimensões: (1) aumento massivo de pessoas do sexo feminino no ofício (feminilização); (2) identificação das características desse ofício como eminentemente femininas (*feminização* propriamente dita), o que inclui o valor social conferido ao mesmo.

Podemos considerar o Decreto Imperial, datado de 15 de outubro de 1827, uma importante fonte, dentre muitas outras, que delineiam a trajetória da feminização da docência, pois, a partir dele, os novos rumos escolares são traçados e, conseqüentemente, às mulheres serão abertas oportunidades da saída do seu mundo privado, embora a publicação do decreto não tenha significado uma mudança nas relações de poder da época do dia para a noite. Além de tudo, as características da profissão de professora eram, e ainda hoje são intimamente relacionadas com os “dons femininos naturais” da mulher, o que significa que o texto do decreto não liberta

as mulheres da sua “condição” de segundo sexo nas relações de poder entre homens e mulheres. No referido decreto, D. Pedro I, no parágrafo primeiro decreta: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. A sociedade brasileira do início do século XIX, com a passagem da estrutura patriarcal para a nuclear, estava sofrendo modificações como bem afirma Nailza Gomes (2009, p.41):

[...]observou-se um deslocamento do poder paterno para as mãos do Estado, tendo sido fundamental nessa mudança o papel desempenhado pelas mulheres, visto que, como educadoras dos filhos, passaram a ser valorizadas no seio da família e da sociedade.

O acesso à escolarização estava orientado no decreto acima citado, porém, há de se frisar que a distinção entre os sexos feminino e masculino era latente, como apresenta-se na redação dos artigos sexto, décimo primeiro e décimo segundo do decreto:

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais da geometria prática, a gramática da língua nacional, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, **proporcionados à compreensão dos meninos**; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (grifo meu)

Art 11º Haverão **escolas de meninas** nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, **julgarem necessário este estabelecimento**. (grifos meus)

Art 12º As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética **só as suas quatro operações**, ensinarão também **as prendas que servem à economia doméstica**; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art 7º. (grifos nosso)

Verifica-se o tratamento diferenciado dispensado aos meninos e às meninas e também os ditos do currículo escolar para ambos os sexos. As distinções entre o masculino e o feminino já eram bem marcantes desde o início da implantação das organizações escolares e muitas práticas, naturalizadas pela sociedade, arrastam-se até os dias atuais. Tal naturalização pode ser entendida como o processo pelo qual internalizamos determinados conceitos e os adotamos como formas únicas e comuns de agir, como se fossem decorrências “naturais” do comportamento humano, conforme descreve Guacira Lopes Louro (2011, p.64):

Tal “naturalidade” tão fortemente construída talvez nos impeça de notar que, no interior das atuais escolas, onde convivem meninos e meninas, rapazes e moças, eles e elas se movimentem, circulem e se agrupem de formas distintas.

Essa distinção não deixa de ser fruto de uma internalização de valores e culturas, construídos ao longo de séculos, que nos fazem entender que existem espaços que podem ser ocupados apenas por homens ou meninos e espaços que podem apenas ser ocupados por mulheres ou meninas. No caso da escola, essa delimitação de espaços torna-se muito evidente, uma vez que é tido como natural que os meninos usem os espaços externos e a quadra de esportes e as meninas façam atividades mais estáticas, como trabalhos manuais ou ligados a arte. É a marca impressa para traduzir a fragilidade feminina e

as escolas femininas dedicavam intensas e repetidas horas ao treino de habilidades manuais de suas alunas produzindo jovens 'prendadas', capazes dos mais delicados e complexos trabalhos de agulha ou de pintura. (LOURO, 2011, p.66).

## 1.2 O Gênero inserido no processo

Torna-se importante apresentar aqui que nos estudos feministas, na perspectiva da historiadora estadunidense Joan Wallach Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990, define: “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (apud PEDRO, 2005, p.86). Tais relações sociais constroem hierarquias que, ao longo da história, consolidam-se e tornam-se regras; mas essas regras não são fixas, nem mesmo são regras, são costumes consolidados e discutir essas relações e desconstruir essas dicotomias tradicionalmente fundadas (homem/mulher, forte/fraco, masculino/feminino) é preciso. Segundo Louro (2011, p.35):

a proposição de *desconstrução* das dicotomias- problematizando a constituição de cada polo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada polo não é uno, mas plural, mostrando que cada polo é, internamente, fraturado e dividido – pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento.

Do mesmo modo, não podemos negligenciar que a pluralidade e a diferença existem em todos os polos, na unidade interna de cada um. Nada é uno, único, inerente ou fixo. Assim, faz sentido o uso da palavra gênero, conforme descreve Joana Maria Pedro (2005, p.88),

o uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que as pesquisadoras e os pesquisadores focalizassem as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres, analisando como, em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero.

As práticas educativas, em geral, eram diferentes e tinham suas especificidades, como por exemplo:

para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. (LOURO, 2007, p. 445).

Havia diferenças também na educação dos descendentes indígenas, que se limitavam ao aprendizado das práticas ligadas à sua própria etnia e não compartilhavam da mesma educação que as crianças “urbanas” por ser vedado seu acesso às escolas públicas. Diferenças ainda existiam quanto às práticas educativas relacionadas aos imigrantes de origem alemã, italiana, espanhola etc. Não obstante, as meninas das camadas populares eram, desde cedo, envolvidas com o trabalho doméstico, na ajuda quanto à criação de irmãos mais novos e nos trabalhos rurais que a elas não era priorizado o acesso à educação. Enfim, eram diferenças dentro das diferenças e a categoria gênero engloba todas essas relações tão particulares.

Muitas das mulheres que passaram pelos bancos escolares como alunas tornaram-se professoras e, enquanto alunas, vivenciaram práticas educativas de distinção entre os sexos feminino e masculino, aprisionando-se em estereótipos e convenções sociais, tais como a ideia de que um trabalho assalariado feminino seria um complemento (apenas) na renda familiar.

### 1.3 O perfil das mulheres no magistério

No campo profissional feminino no início do século XX, especificamente o magistério, deparamo-nos com uma mulher normalista, na maioria das vezes pertencente à elite, que teve a oportunidade de ter acesso a uma escolarização formal, porém, que não foge às amarras do patriarcado, conforme consta no artigo 127 do Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, de 1910, encontrado no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso:

Art.127. As senhoras que se propuserem ao magistério publico, deverão instruir o seu requerimento com a licença do marido, se fôr casada, do pae, se fôr solteira e do tutor se fôr orphã. As viúvas com certidão de óbito do marido, e as que sendo casadas, estiverem divorciadas, apresentarão certidão de sentença de separação conjugal, passada em julgado.

O exercício da profissão era permitido, porém, sem grandes liberdades, pois a futura professora ainda estava submetida à tutela patriarcal. Conforme Adriana Piscitelli (2009, p.32) “Patriarcado é um sistema social no qual a diferença sexual serve como base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem”. Tal controle já começava na intenção em se candidatar ao cargo, como bem vimos nas condições do regulamento acima citado. Além disso, havia correntes contrárias e a favor desse processo, conforme afirma Louro (2007, p.450):

O processo não se dava, contudo, sem resistências ou críticas. A identidade da

mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia cum completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças. [...] Outras vezes surgiam para argumentar na direção oposta. Afirmavam que as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos.

Como se não bastasse todas essas dificuldades, os salários dos professores homens e das professoras mulheres não eram equiparados. A docência passou pelo processo de permissão, mas junto com essa permissão, veio o sentimento de sacerdócio. À mulher cabia sim este papel, visto que a associação a sentimentos como paciência, carinho, afeto, dedicação e doação casavam perfeitamente com sua condição feminina. Estes sentimentos, conseqüentemente, contribuíram para a construção da imagem de trabalhadoras abdicadas e pouco reivindicadoras, “o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho etc”. (LOURO, 2007, p. 450). Em pesquisas no Arquivo Público de Mato Grosso foi encontrado um requerimento ao Secretário do Interior, Justiça e Fazenda de Mato Grosso, em 1913, feito pela professora Rita Marques Garcia, do Grupo Escolar Costa Marques, situado em Cáceres, em que solicita que seus vencimentos sejam pagos na mesma localidade em que trabalha e cita seu descontentamento com o baixo salário:

Diz Rita Marques Garcia, professora interina do Grupo Escolar Costa Marques, que não lhe sendo possível, receber no Thesouro em Cuyabá, sem gravame de seus vencimentos, **de si já mingoados**, vem requerer a V. Ex<sup>a</sup>. que se digne determinar que a supp<sup>e</sup>. a partir de 1º de Janeiro do corrente anno, seja paga de seus alludidos vencimentos pela Collectoria das Rendias Estaduais nesta cidade. (grifo nosso)

Além de pouco valorizada financeiramente na profissão, a professora, já em exercício, estava permanentemente presa às regras e representações construídas socialmente acerca do perfil docente. Ainda hoje, as professoras carregam a ideia de exemplo a ser seguido e, conseqüentemente, são lhes embutidas características sóbrias, de mulheres abnegadas e dedicadas exclusivamente à profissão.

Sua sexualidade tinha que ser totalmente invisibilizada, como se fosse um ser assexuado, já que presença de um companheiro ou mesmo de filhos traduzia e deixava transparecer as “marcas distintivas da sexualidade feminina”. (LOURO, 2011, p.110).

#### 1.4 Maria Dimpina Lobo Duarte e Bernardina Rich

Neste cenário, emergem Maria Dimpina Lobo Duarte e Bernardina Rich, pois, além de professoras que se destacaram e - não é tôa que ambas foram homenageadas com os nomes de escolas na capital - extrapolararam o campo da docência e exerceram papéis importantes também na seara jornalística.

Maria Dimpina Lobo Duarte, nascida em 1891, viveu até 1966 e se destacou por ser a primeira mulher a estudar no tradicional Liceu Cuiabano e por ser também a primeira funcionária pública do estado de Mato Grosso. Maria Dimpina foi uma das fundadoras da revista feminina *A Violeta*, que circulou entre 1916 e 1950 aproximadamente. Pertencia à elite cuiabana, era casada e juntamente com outras colaboradoras fundou a revista. Era uma das redatoras e escrevia, entre outros escritos, crônicas para o periódico, nas quais, além de relatar a vida cotidiana cuiabana, reivindicava “melhoria nas condições educacionais das mulheres mato-grossenses” (SILVA, 2003, p. 39). Sua visão de docente certamente influenciou sua defesa pela educação e profissionalização feminina, pois nas suas palavras “A educação da mulher deve ser uma das primeiras preocupações do governo”. Enquanto cronista, ela defendia que à mulher fosse dado o direito de se profissionalizar conforme excerto abaixo, extraído da crônica de 30 de janeiro de 1924, da revista *A Violeta*:

Em vez, si todas se preparassem para exercer um cargo ou uma profissão que lhes garantisse a independência, esse emprego ou essa profissão mesmos, seriam um escudo aos revezes da sorte e não uma justificação de desonra. [...] Ultimamente, quantas que commigo mesmo tem falado, existem em busca de uma colocação que lhes garanta o futuro! [...] A mulher, repito com Mme. Remember, deve trabalhar; e, só sahirá da sua inferioridade pelo trabalho e só trabalhará si fôr preparada. (*A Violeta*, nº 113, 1924, p. 2)

O empenho em fundar a Escola Doméstica em Cuiabá também se fez presente nos escritos de Maria Dimpina, fundação esta que ocorreu em 1946. Julia Lopes de Almeida (escritora, amiga das redatoras da revista e patrona do grêmio literário “Júlia Lopes” fundadas por algumas mulheres cuiabanas), em resposta a uma carta enviada por Maria Dimpina, esclarece algumas atividades desenvolvidas em outras escolas domésticas já existentes em outros estados do país, conforme excerto da carta constante na dissertação de Gislaíne C. Silva (2003, p.49-50):

[...] Higiene – nações sobre saúde, asseio, hábitos (hora de sono, exercício, sport, etc). Alimentação, tratamento do seu corpo e da sua casa, afabilidade e serenidade de maneiras, etc. Ginástica sueca - desenho, música - (cantos, coros, higiene da voz). Jardinagem-pomicultura-horticultura – não há nenhum inconveniente que as moças aprenderam a cultivar a terra e a fazer inxertias para melhores frutos dos seus pomares, as flores dos seus jardins...Puericultura – Este assunto deve merecer o máximo carinho da diretora, pois que os cuidados dispensados às crianças desde o primeiro dia do seu nascimento são a melhor garantia da sua saúde e da felicidade dos paes...Costura – corte de vestidos e de roupas brancas para uso de homens, feitos a maquina e a mão. Pontos de marca bordados a branco e renda de vários sistemas, consertos de roupas velhas, cerzir meias, remendar, etc. Noções de Química – tintura de roupas, desinfecções e lavagens, fabricações de sabão, óleos caseiros, etc. Cozinha – arte culinária, modo de manter a cozinha apuradamente limpa. Ensino prático e teórico. Lavar – roupa branca; rendas, lãs. Engomar e passar. Economia doméstica – escrituração em ordem, notas diárias, assentamento de pessoas, verificação de contas e de recibos, conhecimento dos preços do mercado, modo de comprar, etc. [...]

A educadora Maria Dimpina era uma mulher religiosa e que prezava pela estrutura familiar, antes de tudo. Para ela, conforme cita Fernando Tadeu de Miranda Borges (2005, p. 175),

a família consistia numa plenitude de sentimentos entre esposa e marido, conforme ela mesma aconselha no único livro que publicou, *Fôlhas Sôltas*: “Se não tens esta noção de respeito à fidelidade conjugal, se pensas apenas na capacidade do sustento material de tua Família, se não te julgas capaz de manter acesa, perenemente, a lâmpada do amor conjugal alimentada pela sinceridade e pureza de teus afetos não cases”.

Ao mesmo tempo, Maria Dimpina acreditava que a mulher tinha total legitimidade em desejar se instruir, sempre que possível. Na crônica de 25 de julho de 1925, Maria Dimpina exalta a participação de Berta Lutz como representante da cultura feminina do Brasil em um evento na América do Norte:

O facto de Berta Lutz haver brilhado no Congresso de Washington nos orgulha, nos contenta, nos estimula[...]

[...]Mas, a nós, que vimos atravessando uma era em que as opiniões a respeito- até em que ponto a mulher deve saber ou o que deve ser- divergem, é suficiente um exemplo dignificante de Bertha Lutz para nos encorajar[...]

[...]Tudo isto, que me veio a ideia a proposito de Bertha Lutz, é um exemplo para vós, meninas, que sois as flores preciosas, a desabrocharem, na sociedade cuiabana, Cultivae, tanto quanto puderdes a vossa inteligência que nada tendes a perder, que tudo tendes a ganhar, quer o destino vos chame como a Bertha Lutz para representar a vossa cara Patria, quer sob aquelle tecto, que for o vosso tecto, tenhaes necessidade de ser a mestra dos vossos filhos.( *A Violeta*, nº 126, 1925, p. 1)

É inegável o posicionamento feminista de Maria Dimpina Lobo Duarte, mesmo que de uma certa forma contido, quanto à defesa da educação feminina. Sua função de redatora e cronista da revista ajudou na exposição de suas ideias, pois como bem afirma Silva (2003, p.50) “a mulher urbana e letrada passava a interagir num outro espaço, e o seu subjetivismo se tornou público, pela imprensa escrita”.

Bernardina Maria Elvira Rich viveu na Primeira República. Era mulher e professora no início do século XX em Cuiabá também. Mas Bernardina enfrentou ainda uma outra batalha. Ela não se destacava simplesmente por ser mulher e professora num período em que predominava os moldes patriarcais, mas também destacou-se por ser negra. Na dissertação de mestrado de Nailza da Costa Barbosa Gomes (2009), encontramos informações interessantíssimas acerca da vida de Bernardina e de seus enfrentamentos para vencer a barreira do racismo, ainda que velado. Para conseguir se consolidar como professora efetiva, pois apesar de ter concluído o curso normalista no colégio Liceu Cuiabano e ter prestado o concurso público para o cargo de professora primária na capital do Estado de Mato Grosso, em 1888 ( ano da abolição da escravatura no Brasil), no qual os arquivos das atas pesquisadas e analisadas na referida dissertação

de mestrado acima demonstram sua capacidade para o cargo, foi impedida de assumi-lo em razão da sua cor, ou seja, por ser uma mulher negra. Segundo Gomes (2009, p.69),

conclui-se que foram muitas as barreiras encontradas por Bernardina Rich para se estabelecer enquanto profissional da área de educação e lidar com todas essas tensas e conturbadas problemáticas. Pode-se dizer que, em relação a sua profissionalização, o desfecho do processo seletivo do qual participou foi a primeira tentativa de impedimento rumo à sua integração no mercado de trabalho competitivo.

Deste primeiro concurso participaram apenas duas candidatas: Bernardina e outra candidata branca. Apesar de ter sido considerada qualificada pela banca examinadora, Bernardina não foi aprovada, tendo sido a vaga ocupada pela outra candidata, o que nos leva à conclusão de ter havido preconceito racial. Sobre a o resultado final desse processo, Gomes (2009, p.67) analisa:

Quanto à “invisibilidade do racismo, no caso da professora Bernardina Rich parece ter ocorrido algo dessa natureza, ou seja, nada a impossibilitou de pleitear a vaga, visto que, igualmente a sua concorrente, possuía todas as condições necessárias para tal. No entanto, testada a sua capacidade intelectual, conclui-se que causara certa “estranheza” ver que uma pessoa de “cor” tinha um preparo além das expectativas, principalmente em se tratando daquele período em que os negros acabavam de sair oficialmente do processo de escravidão e, portanto, precisavam aprender qual era o seu “lugar”.

Mesmo sem ter logrado êxito nesse concurso, Bernardina continuou sua vida profissional como educadora e em 1890 conseguiu efetivar-se como professora do Estado. Além de professora, ela integrou o corpo fundador da revista *A Violeta*, assim como Maria Dimpina, participando como redatora, tesoureira e mais tarde, em 1934, seu nome foi escolhido para o cargo de Presidente da Federação Mato-Grossense pelo Progresso Feminino tendo sido a primeira a ocupar esse cargo no Estado.

Segundo GOMES (2009, p.84), “ocupou, ainda, a cadeira de Diretora da Imaculada Conceição, onde se pôs à frente das obras assistenciais e desenvolver muitos trabalhos filantrópicos em favor dos menos favorecidos”.

Não teve filhos biológicos, adotou uma menina, mas, mesmo solteira, era sempre convidada para madrinha de casamentos.

Enfim, após este breve apanhado acerca da feminização da docência e da síntese da vida de duas docentes cuiabanas que se enquadraram neste processo com suas atitudes e discursos, ficamos nós com a certeza de que muitas mulheres, ao contrário do desejado para o período referenciado, posicionavam-se em defesa de muitas causas femininas e iam de encontro com preconceitos e cerceamentos de comportamentos, além de exercerem a profissão com muita excelência.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Casamento e educação dos filhos no olhar de uma cuiabana letrada: Maria Dimpina. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs). **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Docência e Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Organizadores). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

GOMES, Nailza da Costa Barbosa. **Uma professora negra em Cuiabá na primeira república: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFMT, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWACO, José Eduardo (Org.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SILVA, Gisleine G. **Uma mulher educada, educa com homens: a Revista “A Violeta” e a educação feminina durante o período estadonovista em Cuiabá**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFMT, 2003.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Decreto Imperial consultado no site oficial da Presidência da República pelo endereço: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html). Último acesso em 17/08/2018.

Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, de 1910, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Requerimento ao Secretário do Interior, Justiça e Fazenda de Mato Grosso, de 1913, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Revista *A Violeta*, edição nº 113, de 30 de janeiro de 1924, p. 2. Edição consultada no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Digital.

Revista *A Violeta*, edição nº 126, de 25 de julho de 1925, p. 1. Edição consultada no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional Digital.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-051-3

